

GESTÃO E GOVERNANÇA DA POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL: UM OLHAR TERRITORIAL

Neste número especial, o Boletim Regional, Urbano e Ambiental da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) traz como tema condutor os desafios colocados à governança da política ambiental brasileira, considerando-se a dimensão e a diversidade do território nacional.

A conexão entre território e meio ambiente ocorre em variados recortes ou frações do espaço total – tais como regiões, biomas, diferentes camadas federativas, áreas rurais ou urbanas – que apresentam fatores naturais, sociais, econômicos e culturais muito distintos. Isso significa que as especificidades ou características de determinada parcela do território não apenas influenciam, mas também são determinantes na forma como as políticas públicas são formuladas e implementadas, em resposta às questões ambientais que ali ocorrem.

No Brasil, com seus vastos e diversos recursos ambientais, a gestão da política ambiental se depara ao mesmo tempo com enormes possibilidades e desafios de sua base natural de recursos. Como coloca a estudiosa do desenvolvimento territorial brasileiro, Tânia Bacelar: *“Quem [que outros países] tem seis biomas? A maravilhosa diversidade brasileira se traduz em variados matizes, coloridos e potencialidades... assim como seus problemas, que exigem soluções específicas e adaptadas”*.²

Em outras palavras, a gestão ambiental não pode ser dissociada do contexto e da complexidade territorial, visto que o território não é apenas um pano de fundo ou um palco em que as políticas ambientais ocorrem, mas também o próprio fundamento dessas políticas.

O uso do território e seus recursos pode gerar conflitos, especialmente quando diferentes interesses – como agricultura, urbanização e conservação ambiental – competem pela ocupação do mesmo espaço. A gestão ambiental deve mediar esses conflitos, na busca de soluções que fortaleçam a resiliência do território, equilibrando desenvolvimento e sustentabilidade.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua32apresenta>

2. Palestra proferida no seminário Políticas Públicas Territoriais na Agenda Governamental Atual: Atores e Instituições em Interação realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, em 17 de setembro de 2024.

Os dezessete artigos que compõem esta edição abordam uma gama variada de temas, os quais, entretanto, repousam sempre em dimensões espaciais ou territoriais para políticas públicas. Os três primeiros problematizam diferentes abordagens em relação à questão energética no território: desde a discussão mais geral da necessidade de maior atenção ao esforço de coordenação de políticas relacionadas à transição energética, passando por uma breve avaliação do impacto da tecnologia de geração eólica e fotovoltaica em comunidades locais, até a questão da segurança energética no semiárido brasileiro. Neste sentido, os artigos advertem para os enfrentamentos necessários para a efetivação de esforços de políticas que visam à renovação de matrizes energéticas ambientalmente sustentáveis. Na sequência, o artigo 4 discute a necessidade de ampliar o uso de espécies nativas, que compõem a rica biodiversidade brasileira, na alimentação e em outros usos econômicos. O artigo 5 aborda a produção de bioinsumos no Brasil, estratégia promissora para a promoção da sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, mas que ainda possui desafios regionais a serem superados. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) é tema do artigo 6, que trata das prioridades ambientais dos estados e tempo de resposta a pedidos de licenciamento ambiental. O artigo 7 discute a questão climática no espaço territorial do Distrito Federal, revelando grandes contrastes e desigualdades. Os artigos 8, 9, 10, 11 e 12 abordam diferentes questões relativas à gestão ambiental no bioma amazônico, tais como: a implementação dos comitês de bacias hidrográficas, a gestão da pesca artesanal e a governança da política ambiental na Amazônia. Por sua vez, o artigo 13 trata dos municípios costeiros do Norte e Nordeste brasileiro ante os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Por fim, os artigos 14, 15, 16 e 17 relacionam-se a questões ambientais relativas ao Nordeste brasileiro, particularmente no território semiárido: a desertificação, o desenvolvimento rural sustentável, a segurança socioambiental e a questão fundiária.

Com esta edição do Boletim, a Dirur disponibiliza para o público em geral reflexões sobre a complexa atividade de elaboração, implementação e avaliação de políticas ambientais. Sua elaboração contou com a preciosa participação do professor Marcel Bursztyn do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), o qual, como coeditor convidado desta edição, propiciou o estímulo necessário para que diversos pesquisadores desta universidade viessem a contribuir, por meio de seus estudos e experiências, para abrilhantar esta edição especial.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Adriana Maria Magalhães de Moura
Marcel Bursztyn
Editores